



CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Subsecretaria de Investimentos Estrangeiros

Ministério da Economia

8^a Reunião do Comitê Nacional de Investimentos – Coninv

09 de dezembro de 2021, 10h

Videoconferência (Teams) – Processo SEI nº 19971.101258/2021-14

ATA

Ata da 8^a Reunião do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv), realizada no dia 9 de dezembro de 2021, sob a presidência do Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt e da Secretária Executiva da CAMEX do Ministério da Economia, Ana Paula Lindgren Alves Repezza. O evento contou com a colaboração especial do Subsecretário de Investimentos Estrangeiros (SINVE) da SE-CAMEX Márcio Luiz de Freitas Naves de Lima. Estiveram presentes representantes do seguintes órgãos Membros do Coninv: Chefe da Divisão de Promoção da Indústria, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Marcelo Salum, -convidado; Representante da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, Mauro Sergio Boga Soares -convidado; Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Jean Marcel Fernandes -suplente; Secretária-Executiva Adjunta da Casa Civil da Presidência da República, Juliana Ribeiro Silveira -suplente; Secretária Especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (SPPI) do Ministério da Economia, Martha Seillier -titular; Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Infraestrutura (MInfra), Felipe Fernandes Queiroz - suplente; e do Diretor do Departamento de financiamentos e Economia de Defesa, do Ministério da Defesa (MD), Major Brigadeiro Marcos Aurélio Pereira Silva, -suplente. Como convidado, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), participou a Coordenadora de Investimentos, Helena Brandão, representando o Diretor-Presidente da Agência.

Havendo quórum nos termos do art. 4º, § 1º do Decreto nº 9.885, de 27 de junho de 2019, o Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt, deu início à 8^a Reunião do Comitê Nacional de Investimentos - Coninv.

Além dos Membros do Coninv e seus representantes, também distinguimos as contribuições dos seguintes participantes: Secretaria Especial Adjunta de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República, Paula Roberta Baratella; Ministro Jose Eduardo Bernardo dos Santos da Divisão de Organizações Econômicas - DIOEC/MRE, Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil (BCB), Paulo Cesar de Freitas Mamede, Chefe de Divisão de Políticas de Investimento da SE-CAMEX, Ricardo Figueiredo

de Oliveira; especialista jurídico internacional da unidade de Comércio, Investimento e Competitividade do Grupo Banco Mundial (WBG), Daniela Gomez Altamirano.

A lista de todos os presentes no evento segue anexa a esta Ata.

I. ABERTURA E BOAS-VINDAS – SECRETÁRIO ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS E SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA CAMEX

O Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt realizou a abertura da reunião com um breve comentário sobre os temas da agenda e propôs uma inversão da ordem da pauta para facilitar a participação da representante da SPPI com a divulgação dos projetos de investimentos outorgados em 2021.

A Senhora Secretária-Executiva Adjunta da CAMEX, Ana Paula Lindgren Alves Repezza, considerando a inversão da ordem da pauta e em conjunto com o Subsecretário de Investimentos Estrangeiros, Márcio Lima, conduziram os dois pontos seguintes da Agenda: aprovação da Ata da reunião anterior; e introdução itens para deliberação do colegiado conforme descrito abaixo.

II. APROVAÇÃO DA ATA DA 7^a REUNIÃO DO CONINV

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX Márcio Lima indicou que a Minuta da Ata da 7^a Reunião do Coninv, realizada em 23 de junho de 2021, foi circulada previamente para os Membros do Coninv. Em seguida, consultou sobre a necessidade de eventuais ajustes.

Na ausência de sugestões de alteração ou discordância com os seus termos, o texto da Minuta da Ata foi aprovado.

III. DELIBERAÇÃO

3.1 Voto: Aprovação da estrutura do Plano de Ação em Conduta Empresarial Responsável (PACER).

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX Márcio Lima transmitiu o primeiro ponto de deliberação, a “Aprovação da estrutura do Plano de Ação em Conduta Empresarial Responsável (PACER)”. Relembrou que se trata de uma ação coordenada no âmbito do próprio Coninv, cujo mandato foi concedido por meio da Resolução Coninv nº 2, de 22 de dezembro de 2020. A proposta de Resolução em tela para deliberação foi elaborada em cooperação com vários órgãos do Governo Federal e em colaboração com a OCDE, com previsão de entrega para agosto de 2022.

Destacou a importância estratégica do tema no processo de acesso do Brasil à OCDE e na atração de investimentos. Detalhou que Proposta de Resolução em pauta aborda a estrutura básica do PACER. Nesse sentido, enfatizou que o PACER conterá, dentre outros elementos,

recomendações de políticas públicas e os resultados das pesquisas em relação a conduta empresarial responsável (CER) realizadas com o governo e o setor privado.

Ao final de sua exposição, o Subsecretário de Investimentos Estrangeiros consultou os membros presentes se havia consideração a respeito da proposta de Resolução e se poderia passar para a votação e aprovação. Não havendo considerações, a minuta de Resolução do Plano de Ação em Conduta Empresarial Responsável foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes.

3.2. Aprovação da atualização do Plano Nacional de Investimentos (PNI)

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX Márcio Lima apresentou o segundo ponto da agenda de deliberação “Aprovação da atualização do Plano Nacional de Investimentos (PNI)”. Esclareceu que se trata de uma atualização do anexo da Resolução do referido Plano por meio de três inclusões, a saber: (i.) proposta do Ministério da Infraestrutura de criação de um “Hub de investimentos” no portal *Gov.br*, com a finalidade de consolidar as informações dos órgãos do Governo Federal sobre investimentos estrangeiros; (ii.) proposta de divulgação das ações do Plano Nacional de Investimentos (PNI), particularmente dos eventos conjuntos dos órgãos; (iii.) Proposta de inserção do Projeto de Lei nº 2.502/ 2021, que estabelece regras para a tributação dos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas de pessoas jurídicas residentes no Brasil na lista de projetos prioritários acompanhados no âmbito do PNI.

Finalizada a exposição, o Subsecretário de Investimentos Estrangeiros convidou os participantes a apresentarem eventuais observações adicionais sobre o assunto.

O Representante da Secretaria da Receita Federal Sr. Mauro Sergio Boga Soares registrou que o novo Secretário da Receita tomou posse em 08 de dezembro 2021 e deve integrar-se ao Comitê em breve. Além disso, informou que o Projeto de Lei nº 2.502/ 2021 está em análise pela área de tributação da Receita Federal do Brasil.

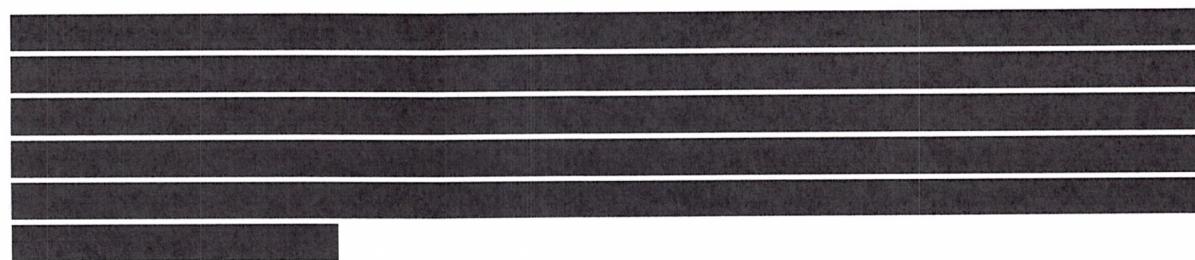
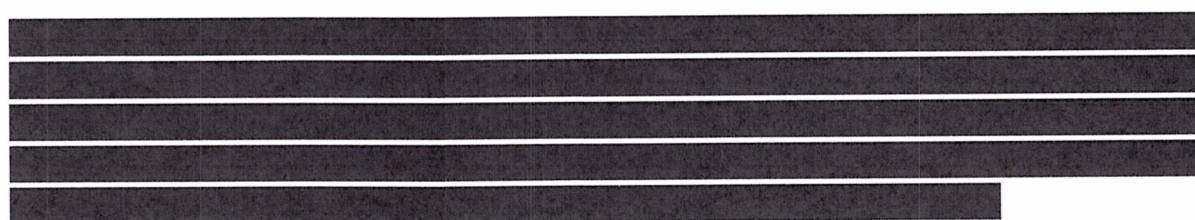
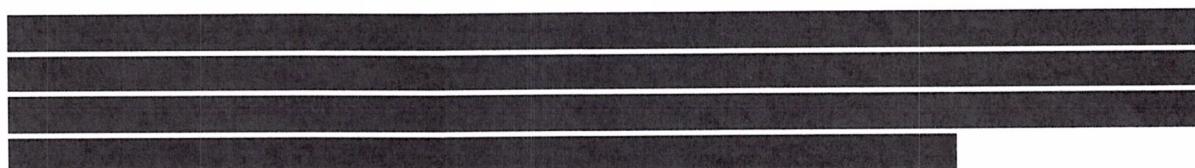
Não havendo considerações adicionais sobre este ponto, a atualização do Plano Nacional de Investimentos (PNI) foi aprovada.

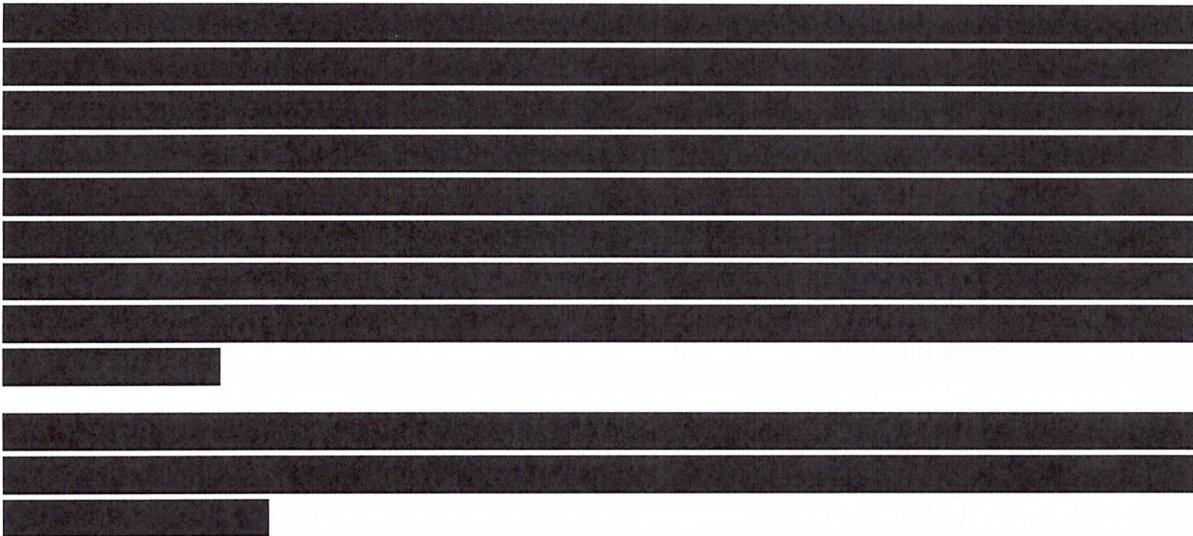
IV. NOVAS AÇÕES NO ÂMBITO DO COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS – CONINV

4.1. Monitoramento da Agenda Regulatória para a melhoria do ambiente de investimentos

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX Márcio Lima relatou os desdobramentos recentes sobre o Monitoramento da Agenda Regulatória para a Melhoria do Ambiente de Investimentos. Tal monitoramento é feito semestralmente pela SE-CAMEX. Esclareceu que a agenda abrange o período até o final de 2022 e conta com a colaboração de cerca de 20 órgãos reguladores no nível federal. Lembrou que Agenda Regulatória indica matérias com prioridade de ação e acompanhamento. No momento há cerca de 200 normas infralegais em acompanhamento. Em linhas gerais, até o momento verificou-se que há 37%

do esforço concluído; 58% em execução; 5% não iniciado. Em termos de assuntos monitorados, citou a modernização do setor elétrico, a regulamentação do diesel verde, implementação do uso de documentos natos digitais no setor aéreo dentre outros.





4.3. Análise da Proposta da China de Memorando de Entendimento (MOU) sobre desenvolvimento verde e economia digital

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX Márcio Lima relatou desdobramentos sobre o recebimento Proposta da China de Memorando de Entendimento (MOU) sobre desenvolvimento verde e economia digital. A proposta de MOU sobre desenvolvimento verde foi encaminhada para o GT de investimento no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e está em análise. A princípio, o memorando está alinhado às políticas brasileiras relacionadas a desenvolvimento sustentável. No momento, a intenção é envolver o Ministério do Meio Ambiente, além da área de meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores, para confirmar se estão todos de acordo com o tema do Memorando e assim apresentar uma contraproposta a parte chinesa até o final do ano. O Subsecretário de Investimentos esclareceu que o Memorando sobre Economia digital está sendo tratado pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia.

O representante da Secretaria da Receita Federal registrou que tanto a área ambiental como a digital têm sido bastante sensíveis em termos de tributação. Solicitou atenção em relação a esse aspecto ao se avaliar as propostas de Memorandos de Entendimento em tela.

O representante do Ministério das Relações Exteriores Marcelo Sallum expressou preocupação com a amplitude do Memorando considerando o fato do documento ser bastante genérico. Ponderou que compromissos tão amplos e não profundos como os elencados na proposta chinesa talvez não caibam em um acordo de natureza interministerial.

Os participantes concordaram em dar seguimento nas tratativas sobre o assunto.

V. RELATOS

5.1. Projetos de Investimentos em Infraestrutura outorgados em 2021

A Secretaria Especial da SPPI Martha Seillier relatou as entregas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia, particularmente os avanços nas agendas de atração de investimentos privados no Setor de Infraestrutura e na agenda desestatização. Mencionou que em 2021 a despeito dos desafios por conta da crise de saúde, os projetos seguiram avançando, garantindo a retomada do crescimento da geração de emprego e investimento privado. A agenda de 2021 seguiu intensa com a aprovação de atos normativos para o mercado e constante interação com o Palácio do Planalto e Congresso.

Informou sobre a retomada em setembro 2021 das missões internacionais, ocasião em que se percebeu o interesse dos investidores estrangeiros na quantidade de projetos na área de infraestrutura disponibilizada no Brasil. Comentou que os leilões acontecerão até o dia 29 de dezembro de 2021. Informou que até o momento já foram realizados, 57 leilões, com mais de 120 bilhões de investimentos contratados. O número de investimentos supera o número de outorgas (com 35,2 bilhões). Detalhou o que segue:

Dos 57 leilões que aconteceram esse ano em termos de setores destacaram-se:

- Portuário: 12 arrendamentos, setor que cresceu esse ano
- Rodovias: 3 leilões, com 24 bilhões de investimento contratados, o mais recente a Nova Dutra entre Rio de Janeiro e São Paulo. .
- Aviação: 22 aeroportos leiloados.
- Ferrovias: Integração entre leste e oeste na Bahia.
- Energia: realização de leilão da Aneel de geração de energia e de projetos de energia; leilões de transmissão de energia sustentável
- Parques: leilão de parques com o Ministério do Meio Ambiente (Canela e São Francisco de Paula, ambos com contratos assinados.
- Mineração: leilão de mineração com a segunda, terceira, quarta e quinta rodadas da Agência Nacional de Mineração. Leilão de áreas para pesquisa e disponibilidade, também leilão da CPRM de fosfato em Miriri, região entre Pernambuco e Paraíba.
- Óleo e Gás: 17ª Rodada de concessão da Agência Nacional de Petróleo (ANP).
- Saneamento: agenda subnacional com leilão no Rio de Janeiro (SEDAE), Alagoas e Amapá. Outros dois leilões estão previstos para dezembro de 2021.
- Terminal pesqueiro: há 7 projetos para leiloar - em análise pelo TCU.
- Leilão do 5G: o setor receberá 42 bilhões de investimento obrigatórios e mais investimentos decorrentes da própria tecnologia.

A Secretaria Especial, Martha Seillier, encerrou seu pronunciamento com as perspectivas para 2022: privatizações da Eletrobrás, dos correios e de Portos, como o de Vitória e o de Santos. Indicou que a agenda para 2022 tem mais de 140 ativos, incluindo projetos e consultas públicas.

5.2. Processo de acesso do Brasil à OCDE

A Secretaria Especial Adjunta de Relacionamento Externo, Paula Roberta de Moraes Baratella, apresentou um balanço sobre os avanços do Processo de Acesso do Brasil à OCDE.

Nesse sentido, destacou:

- a adição de um novo membro à organização – Costa Rica;
- que a OCDE representa 61,3% do PIB Mundial. Com o Brasil; representaria 63%;
- a acessão do Brasil à organização representaria a sintonia do país com as melhores práticas internacionais e maior credibilidade;
- a partir de 2021, a OCDE conta com um novo Secretário-Geral – Mathias Cormann;
- O Brasil na OCDE teria melhores oportunidades em termos de atração de investimento e segurança jurídica e previsibilidade;
- o Brasil já aderiu a 41% do acervo normativo da OCDE. É, portanto, um parceiro-chave com mais instrumentos aderidos em termos comparativos com outros países candidatos.

Além disso, esclareceu sobre o papel e atuação da Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Presidência da República - SEREX/PR no Conselho Brasil-OCDE, conforme o Decreto nº 10.109/2019. As informações estão atualizadas no site [gov.br /casa civil](http://gov.br/casa_civil). Destacou parcerias com a ABDI, ApexBrasil, ENAP e IPEA; bem como o ciclo de webinários 21/22. Enfatizou o Peer-Review Centro de Governo, a ser entregue no início do próximo ano. Em relação às perspectivas, comentou que não há um posicionamento concreto final sobre a acessão.

O representante do Banco Central, Paulo Mamede, mencionou a recente aprovação do “PL Cambial”, o que indica um avanço no processo tocante aos códigos de liberalização da OCDE. Futura promulgação permitirá novas tratativas com a OCDE, algo a ser tratado com os atores do governo brasileiro. Iniciativa importante no processo de acessão do Brasil à OCDE.

O Ministro Jose Eduardo Bernardo dos Santos da Divisão de Organizações Econômicas - DIOEC/ MRE informou em relação ao processo de acessão do Brasil a à OCDE o que segue. Esclareceu que o início desse processo ainda depende de uma decisão exclusivamente interna da OCDE sobre a expansão da organização. Há diferenças de visão dos Estados Unidos e da União Europeia em relação a isso. O novo Secretário Mathias Cormann OCDE busca dinamizar esse tema.

5.3. Relatório das atividades realizadas pelo Ombudsman de Investimentos Diretos (OID) em 2021

O Chefe de Divisão de Política de Investimento da SE-CAMEX, Ricardo Figueiredo de Oliveira apresentou o Relatório das atividades realizadas pelo Ombudsman de Investimentos Diretos (OID) em 2021. Relembrou o histórico de criação, a função e a forma de atuação do OID que é a principal ferramenta de interlocução entre os investidores, o corpo técnico da Camex e toda rede de pontos focais constituídas pelos órgãos e entidades do governo. Em relação ao ano de 2021, destacou que o OID realizou 41 atividades, incluindo apresentações e atendimentos a investidores.

- Apresentações: o mecanismo foi divulgado para representantes de embaixadas, câmaras de comércio, escritórios de advocacia brasileira que representam investidores estrangeiros. Além disso, o OID foi tema de pauta em reuniões de mecanismos bilaterais e multilaterais.
- Atendimento: foram realizados tanto pelo site do OID como em reuniões (virtuais ou presenciais) e por ocasião do Brasil *Investment Forum (BIF 2021)* em reuniões paralelas ao evento.

Por fim, o Sr. Ricardo Figueiredo, mencionou os principais desafios da OID no Brasil, tais como: a necessidade divulgação do mecanismo e ampliação e engajamento dos órgãos de governo a rede de pontos focais do OID. Também ressaltou que, desde 2020, houve redução de fluxos de investimento internacional, no plano mundial provocado pela pandemia, o que refletiu nas redução de demandas recebidas pelo OID.

5.4. Apresentação do Relatório Final da Cooperação entre a SE-Camex e o grupo Banco Mundial para melhoria do quadro institucional para Políticas de Investimento e apoio à implementação /divulgação do Ombudsman de Investimentos Diretos (OID)

A Sra. Daniela Gomez Altamirano, especialista jurídico internacional da unidade de Comércio, Investimento e Competitividade do Grupo Banco Mundial abordou o relatório final da cooperação entre SE-CAMEX e o Banco Mundial.

Relembrou que o projeto de cooperação se insere no contexto do Programa financiado pelo Reino Unido “*Improving Business Environment for Prosperity*” (IBEP). Tratou especificamente do componente política de investimento, composto por duas partes: i. Fortalecimento do quadro institucional para a política e promoção de investimento (incluindo o Coninv), e; ii. apoio à implementação do OID. Observou que o projeto se iniciou em 2017 e tem previsão de encerramento no final deste ano de 2021. Em seguida, apresentou um sumário das atividades realizadas em cooperação com a SE-CAMEX, que incluiu Workshops sobre Melhores Práticas em Políticas de Investimento, consultas a stakeholders nacionais do setor público e privado, elaboração de diagnósticos e recomendações, atividades de capacitação, apoio à divulgação do OID por meio de seminários, vídeos e *flyers*. Relatório a ser compartilhado apresentará o detalhamento de todas as atividades no âmbito da Cooperação entre o Banco Mundial e a SE-CAMEX.

VI. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da SE-CAMEX Márcio Lima, comunicou que Relatório do Ponto de Contato Nacional (PCN) 2021/2 foi circulado para conhecimento dos membros do Coninv.

A Secretária-Executiva da Camex, Ana Repezza, fez os comentários finais da reunião. Agradeceu aos representantes do Banco Mundial pela cooperação com a SE-Camex

considerada bastante profícua. Agradeceu também a todos os Membros do Comitê Nacional de Investimento pelas colaborações a longo do ano de 2021. Comentou sobre os impactos da Pandemia Covid-19 na Agenda de Investimentos e como a atuação da SINVE e dos órgãos que tratam do tema de investimentos se reorientou diante do cenário restritivo. Citou, nesse sentido, ações estruturantes de melhoria da governança como, por exemplo, a criação do Plano de Trabalho em Conduta Empresarial Responsável e o projeto de *Peer-Review* junto à OCDE. Agradeceu à Casa Civil e ao MRE pelo apoio nessa agenda. Indicou expectativa de que 2022 tenha resultados significativos, inclusive com o bom andamento da Agenda Regulatória para Melhoria do Ambiente de Investimentos. Encerrou a VIII Reunião do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv) desejando muito sucesso nas atividades programadas para 2022.

ROBERTO FENDT

Secretário Especial de Comércio Exterior e
Assuntos Internacionais

ANA PAULA REPEZZA

Secretária-Executiva da CAMEX

MÁRCIO LIMA

Subsecretário de Investimentos
Estrangeiros da SE-CAMEX

MARCELO SALUM

Ministério das Relações Exteriores

MAURO SERGIO BOGEA SOARES

Ministério da Economia – RFB

JEAN MARCEL FERNANDES

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

JULIANA RIBEIRO SILVEIRA

Casa Civil da Presidência da República

MARTHA SEILLIER

Secretaria Especial do Programa de
Parcerias de Investimento

FELIPE FERNANDES QUEIROZ

Ministério da Infraestrutura

**MAJ. BRIG. MARCOS AURÉLIO
PEREIRA SILVA**

Ministério da Defesa

HELENA BRANDÃO

Agência de Promoção das Exportações e
Investimentos do Brasil

